

DENISE ROTHENBURG  
deniserothenburg.df@dabr.com.br

## Eles não

Esta quarta-feira começou fervendo ainda na madrugada, com a dificuldade de o Centrão aceitar os secretários-executivos para os cargos de ministros que deixam a Esplanada para concorrer a mandatos eletivos. Os políticos preferem alguém que tenha compromisso em liberar as RP9, as emendas de relator, até junho.

## Turma do contra

A maioria dos secretários-executivos resistiu em cumprir a liberação dessas emendas. Preferiu garantir recursos para as prioridades e obras do governo. Por isso, muitos desses secretários não têm apoio político agora para assumir os cargos.

## Muita calma nessa hora

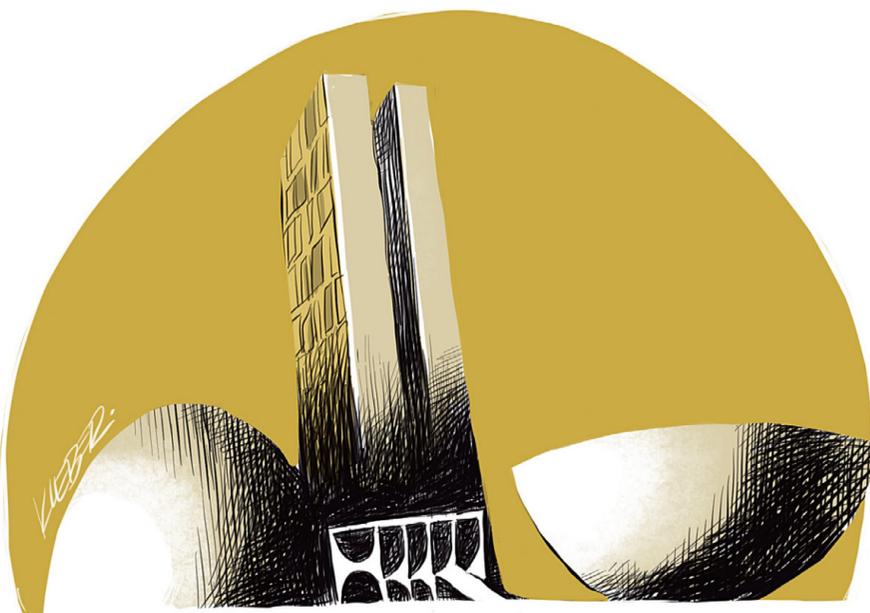
Com a saída de Milton Ribeiro do cargo de ministro da Educação, o governo vai tentar ganhar tempo para dar explicações ao Congresso. A ideia de alguns aliados é esperar para avaliar o custo-benefício da presença no Senado e dizer que, como Ribeiro saiu, é preciso esperar um pouco mais para que o novo ministro se ambientasse ao cargo.

## Congresso é quem manda

Um estudo que acaba de sair do forno mostra que, nos últimos anos, cresceu exponencialmente a força dos parlamentares sobre a pauta do Poder Legislativo. Em 2015, por exemplo, primeiro ano do segundo governo Dilma Rousseff, 56,9% dos projetos que viraram leis eram de autoria do Poder Executivo, 13,79% do Senado e outros 29,31% da Câmara dos Deputados. Em 2017, já no governo Temer, foram 54,05% de autoria do Executivo, 14,86% do Senado e 29,73% da Câmara. No primeiro ano do governo Bolsonaro, o volume de leis de iniciativa do Executivo caiu para 38,71%, enquanto do Senado e da Câmara subiram para 29,03% e 32,26%, respectivamente.

Diretor da Action Relações Governamentais, empresa responsável pelo estudo, João Henrique Hummel é incisivo ao afirmar que já vivemos no semipresidencialismo. E com as emendas impositivas, o Executivo dificilmente mudará essa realidade.

Em tempo: com o Congresso no comando do Orçamento e da agenda do poder, o lobby também vai ter que mudar. Em vez de conversar com o Executivo, os lobistas terão que gastar sola de sapato no Parlamento, convencendo os líderes de seus interesses empresariais e políticos, muitas vezes legítimos e republicanos.



## CURTIDAS

Facebook/Reprodução



**Ela tem público.../** Mais de duas mil pessoas aguardavam a questão de ordem da deputada Bia Kicis (PL-DF), ontem, no início da noite, quando ela exibiu o discurso do deputado Alberto Neto (PL-AM) contra a torçozeleira eletrônica de Daniel Silveira (União-RJ, foto). O amazonense cobrava, inclusive, o impeachment do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes. O presidente Arthur Lira (PP-AL) não estava no plenário.

**... mas teve a voz "cassada" no plenário/** A deputada se preparava para apresentar uma questão de ordem sobre Silveira, que vai "morar" na Câmara para não ser obrigado a usar a torçozeleira, determinada pelo ministro. A deputada Rosângela Gomes (Republicanos-RJ), que presidia a sessão, não abriu espaço para Bia falar e, citando o regimento interno, encerrou a sessão.

**Vale lembrar/** No Congresso, é assim: quando tem acordo, a letra do regimento é flexível; quando não tem, todos sacam seus artigos.

**Me inclua fora dessa/** O senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) já fez chegar ao Planalto que não quer assumir ministério. Aos amigos, tem dito que o momento é de ser candidato ao governo do Rio Grande do Sul. Assim, vai dividir os votos do bolsonarismo com Onyx Lorenzoni, que deixa o Ministério do Trabalho e Previdência para ser candidato ao governo gaúcho.

## PODER

## Orçamento secreto blindado

PL que mexe nas regras para a execução de recursos passa e dificulta cortes do governo. Mourão critica emendas de relator

» VICTOR CORREIA

No mesmo dia em que o vice-presidente da República Hamilton Mourão (Republicanos) criticou o orçamento secreto, a Comissão Mista do Orçamento do Congresso decidiu blindar as verbas que o compõem do corte planejado pelo Ministério da Economia neste ano. Foi aprovado, ontem, um projeto de lei (PL) que mexe nas regras para a execução dos recursos e ainda amplia o uso desse dinheiro em obras indicadas pelos próprios parlamentares.

O movimento reforça a pressão do Congresso pela liberação de recursos antes das eleições, enquanto a equipe econômica propõe uma contenção das despesas neste primeiro semestre. No PL original, o governo queria incluir as emendas no corte planejado para as despesas federais em 2022.

O relator do projeto, deputado Juscelino Filho (União-MA), retirou as emendas e autorizou apenas o corte nas despesas discricionárias sob o guarda-chuva dos ministérios. É uma maneira de blindar as verbas de maior interesse dos parlamentares e de evitar que o governo segure a liberação de emendas em ano de eleições.

Além de proteger as emendas, o deputado também incluiu um dispositivo para autorizar a destinação de verbas parlamentares para obras em estradas vicinais, aquelas que fazem a ligação de rodovias federais, estaduais e municipais. Atualmente, a LDO proíbe a entrega de verbas para ações que não sejam de competência da União. O Congresso, porém, incluiu essa autorização nos dois últimos anos para irrigar redutos políticos de

deputados e senadores.

O projeto, porém, depende de votação no plenário do Congresso. Há uma pressão dos parlamentares para pagamento dos recursos do Orçamento, que só podem ser liberados até o dia 1º de julho em função da lei eleitoral.

## Críticas

A manobra na CMO serviu de munição para o vice Hamilton Mourão criticar o Congresso. Em evento na Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União (Enajum), o general destacou que os parlamentares se envolveram indevidamente na definição do Orçamento, atribuição do Poder Executivo.

“Um dos desafios (do governo) é a hipertrofia do Congresso, que avançou sobre o Executivo em uma questão que é nossa, que é o Orçamento. Essa questão do Orçamento começa com a Dilma (Rousseff), que tornou impositivas as emendas parlamentares”, lamentou.

Segundo o vice-presidente, de um total de R\$ 90 bilhões, R\$ 36 bilhões “estão na mão do (presidente da Câmara, Arthur) Lira, e do (presidente do Senado, Rodrigo) Pacheco. Temos que acabar com isso, senão nosso sistema não aguenta”.

Mourão também defendeu a redução do número de partidos políticos e classificou como positivo o aumento da cláusula de barreira, que passou a valer nas eleições de 2018. “Essa eleição será emblemática. A tendência é que, agora, mais partidos deixem de existir. É um fator positivo para a gente conseguir avançar num sistema partidário que represente os brasileiros”, ressaltou. (Com Agência Estado)

Bruno Batista / VPR



Mourão na Enajum. Congresso avançou sobre o Orçamento, que deveria ser decidido pelo governo

## » Recomposição de despesa fixa

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou, ontem, um projeto de lei (PL) que abre crédito de R\$ 2,6 bilhões para o governo federal recompor despesas obrigatórias. A fonte para bancar a abertura do crédito virá de vetos do governo a dispositivos do próprio Orçamento. Os recursos, de acordo com o texto aprovado, serão destinados a órgãos como Presidência da República, Controladoria-Geral da União (CGU), Advocacia-Geral da União (AGU) e Banco Central. O PL prevê, ainda, recomposição de parte do Orçamento do Ministério da Defesa para pagar servidores militares e civis ativos e inativos.

## Governo dá mais benesses aos militares

» INGRID SOARES

Visando manter o apoio dos militares na corrida à reeleição, o presidente Jair Bolsonaro (PL) tem ampliado o rol de benefícios à categoria. No último dia 18, revogou o decreto assinado pela ex-presidente Dilma Rousseff, de 2016, que já previa a ampliação de bônus e aumentou o recebimento de gratificações de representação aos integrantes da caserna.

A gratificação, agora, passa a ser mensal. Oficiais-generais ganharão 10% em cima do salário básico. Os demais farão jus a 2% sobre o vencimento base se

estiverem em cargo de comando, de direção ou chefia; em viagens de instrução ou operacional; ou a serviço de autoridades estrangeiras no país. A medida foi assinada, também, pelo ministro da Defesa, Walter Braga Netto.

Bolsonaro também tem atendido, frequentemente, o pessoal ligado à segurança pública. Além da promessa de reajuste salarial a policiais federais (leia mais na página 7), no último dia 15 ele sancionou o Habite Seguro, programa que permite o uso de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) para subsidiar a compra de casa própria para os fardados.

Um interlocutor do governo nega que as ações sejam eleitoreiras. Afirma que são coerentes com a trajetória política de Bolsonaro. “Foi com eles (os militares, os policiais e os bombeiros) que se elegeu. Apenas manteve o que vinha fazendo desde antes de ser eleito. Se lembrar dele como deputado, a maioria das emendas eram voltadas para os militares. É o público que ele tem”, explicou.

Para o cientista político Rodrigo Prando, professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, Bolsonaro tem intensificado a participação em eventos dos militares e investido em

ações que beneficiam a categoria para manter a fidelidade deles. “Nada mais é do que uma tentativa de manutenção do apoio dessa base. Sempre que pode, faz um aceno. É um grupo que não o abandonou em momento algum, até porque se beneficia da gestão”, lembrou.

O cientista político André Rosa salienta que o presidente vem subindo nas pesquisas de intenção de votos e “é uma estratégia para não deixar que se (os militares) movimentem na direção de Moro. É uma tentativa de garantir esses votos e não dar espaço para o centro crescer no processo eleitoral”.